

XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM
PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

21 a 25 de maio de 2007

Belém - Pará - Brasil

TRÊS PLANOS (DIRETORES) DO PALIMPSESTO URBANO DE GOIÂNIA

Camilo Vladimir de Lima Amaral (UFMG)

Três Planos (Diretores) do Palimpsesto Urbano de Goiânia

Resumo

Dentro de uma perspectiva pós-crítica à razão científica moderna, este trabalho busca apontar nos três últimos "planos diretores" da cidade de Goiânia (entre os institucionalizados) as "refundações" (ou talvez, produção metafísica) do espaço urbano desta cidade. Para isso, buscaremos discutir a cientificidade dos modelos e das teorias urbanas empregados, destrinchando suas premissas e fazendo ligações com a evolução (no contexto brasileiro) das "visões conflitantes" do que seria o próprio planejamento urbano. O objetivo é tentar compreender como essas premissas "científicas" do planejamento urbano se relacionam dialeticamente com o objeto (neste caso, o espaço urbano de Goiânia). Busca-se entender criticamente a formulação dos problemas urbanos e como eles engendraram certas "virtualidades" e "campos cegos", para além de uma compreensão positivista da questão.

Introdução

Marcelo Lopes de Souza busca a revitalização de um Planejamento Urbano em oposição a "uma concepção metafísica de revolução social" (que seria "perniciosa" e "um convite ao imobilismo"). Um planejamento urbano crítico seria uma tentativa de ir "além do Estado e fazer a crítica do Estado e do que ele representa", utilizando-se da margem de manobra e intervenção que ele significa hoje na sociedade. (SOUZA, 2003: 33)

Neste trabalho procura-se traçar como a própria "concepção" de planejamento urbano envolve uma determinada "metafísica", que recria as possibilidades da cidade. Não se busca a conhecida oposição entre cidade "real" e cidade "ideal" (ou, às vezes, "legal"), mas justamente a inter-relação entre as duas.

Como estudo acadêmico, o recorte deste trabalho é apontar nos três últimos "planos diretores" (entre os institucionalizados) de Goiânia as "refundações" (ou produção metafísica) do espaço urbano da cidade. Para isso, buscaremos encontrar certas linhas gerais nas premissas desses planos, fazendo ligações com a evolução (no contexto brasileiro) das "visões conflitantes" do que seria planejamento urbano. O objetivo é tentar compreender como essas premissas "científicas" do planejamento urbano se relacionam dialeticamente com o objeto (neste caso, Goiânia) e engendraram suas possibilidades.

Sabe-se que esses "planos diretores" não englobam todo o processo de planejamento do período. E mesmo, grande parte de seus projetos não foram realizados. Porém, como marcos institucionais, são a materialização de determinadas "formulações" do problema e da questão urbana, e servem como base de análise dos paradigmas implícitos nos processos subsequentes de gestão da cidade (por filiação, oposição ou crítica).

Os planos são: (1) o plano elaborado em 1969 com supervisão de Jorge Wilhelm, contratado pela firma SERETE e aprovado em 1971; (2) o plano elaborado pela firma Engevix Engenharia S.A., finalizado e aprovado em 1992; (3) o plano elaborado por técnicos da Prefeitura em 2006, e em processo de aprovação.

Planejamento (Ciência) e formulação da realidade

Karl Popper (1989) procura construir um pensamento sobre a ciência segundo a ótica de um racionalismo crítico. Neste sentido, as teorias da ciência seriam apenas conjecturas ou *doxas* (opiniões) e o conhecimento evolui à medida que uma teoria refuta (demonstra que está errada) a anterior. Assim, apesar da verdade se encontrar no infinito, inalcançável, um

desenvolvimento linear (positivo?) em sua direção seria possível, à medida que as novas teorias resolvessem os problemas das antigas e solucionassem outros novos. É desta forma que ele acredita que a teoria de Galileu foi ampliada pela de Newton, que resolvera a questão da órbita da terra e solucionara outras variáveis, e que a teoria de Einstein superaria (refutaria) a de Newton.

Desta forma busca combater as teorias que ele enquadra como instrumentalistas, que acreditam que "informado de que a teoria de Newton é demonstradamente falsa, um astrônomo não hesitará em aplicá-la, dentro dos limites em que pode ser aplicada." Mas para ele, "a teoria de Newton foi refutada por meio de experiências cruciais que não refutaram a teoria de Einstein, e que portanto esta última é melhor" (POPPER, 1989:140).

Thomas Kuhn, em outro livro clássico, "A Estrutura das Revoluções Científicas", problematiza a questão demonstrando que o pensamento científico se organiza segundo paradigmas (idéias e conceitos mais gerais) que estruturam teorias, idéias e hipóteses vinculadas entre si. Em momentos "normais" de desenvolvimento científico as pesquisas e novas teorias somariam e explicariam as lacunas da estrutura de pensamento destes paradigmas, até um determinado momento onde os problemas, os paradoxos e as contradições exigissem a reconstrução das idéias mais gerais (o próprio paradigma). Dessa forma, existiriam paradigmas paralelos, que podem se confundir com uma "escola", uma academia institucionalizada, uma faculdade (subdivisão da ciência, como em matemática, física, química, etc.), um grupo de cientistas com idéias em comum, etc. (KUHN, 1987)

Destas problematizações surgem duas tentativas de harmonizar os conflitos: uma marcada pelas idéias de Lakatos que busca manter o "racionalismo crítico" de um desenvolvimento linear da ciência; e outra formulada por Paul Feyerabend de um desenvolvimento "anárquico".

Segundo Feyerabend, toda teoria (T) busca descrever uma determinada "situação" (ou parte do real); por isso compreende um domínio específico (D'). Assim, qualquer teoria é formulada com um número de considerações finito (F') e limitado (pelo número de palavras, pelo tempo de exposição, pelo código língua, etc.); e conforme estas observações sujeita a uma margem de erro parcialmente prevista (M') (FEYERABEND, 1989: 48).

Como (para Popper também) a ciência trata de explicar o "conhecido pelo desconhecido", ele considera que novas formulações da realidade (teorias e paradigmas) inventam aquilo que vemos do real (FEYERABEND, 1989). Ou seja, a formulação da "questão" e do "problema" que uma determinada teoria enfrenta, recria (refunda) a realidade e suas particularidades. Para ele,

"necesitamos de um mundo imaginário para descobrir [por contraste] os traços do mundo real que supomos habitar (e que, talvez, em realidade não passe de outro mundo imaginário)" (FEYERABEND, 1989: 42-43)

Para Lefebvre a cidade deve ser entendida através de três espaços diferentes: O "Primeiro Espaço" seria aquele das atividades cotidianas e práticas, aquele espaço mensurável e quantificável. O "Segundo Espaço" seria mais próximo da imaginação espacial (a teoria e as "interpretações naturais"). O "Terceiro Espaço" seria uma "epistemologia urbana", a "praxis urbana" resultante da mistura entre o objeto e o observador (SOJA, 2000: 9-12). Formado pelas tensões e contradições entre os dois primeiros espaços, o 3º espaço compreende a produção social do espaço urbano (a chamada dialética da tríade de Lefebvre). Desta forma,

"the spatial specificity of urbanism is investigated as fully *lived space*, a simultaneously real-and-imagined, actual-and-virtual, locus of structured individual and collective experience and agency." (SOJA, 2000: 11)

Para Santos a base da ação reativa é o espaço compartilhado no cotidiano. (SANTOS, 1997) Talvez aquele onde os laços de cooperação podem produzir uma solidariedade e uma dádiva. Para Milton Santos o "cotidiano é a espessura, a quinta profundidade do espaço". E "se, como diz Sartre, 'compreender é mudar', fazer um passo adiante e 'ir além de mim mesmo' (...) pode ser (...) a refundação do planeta." (SANTOS, 1997: 38-39)

Longo debate vem sendo tratado acerca do que seria o planejamento urbano, e Cândido Filho começa suas ponderações sobre estas "visões conflitantes" com uma provocação:

"É aparentemente simples analisar e discutir o que é o planejamento urbano. Tratar-se-ia simplesmente de ordenar as cidades e resolver seus problemas. Para isso, seria suficiente listar esses problemas e, em seguida, definir uma ordem de prioridades na implementação de sua solução. Finalmente, restaria implementá-la com técnicas adequadas, dependendo dos recursos disponíveis. Por esse método, o bem comum seria finalmente alcançado, desde que tal objetivo fosse perseguido honestamente." (CAMPOS FILHO, 1989: 5)

Cândido nos mostra que os problemas urbanos estão profundamente atrelados à evolução das idéias acerca do que seria o próprio planejamento e seu papel social. Começa sua análise pelas formulações de um "urbanismo estético-viário", que surge nos fins do século XIX. Estas propostas visavam a construção de uma "sociedade nova" em paralelo à construção do "espaço físico que deveria abrigá-la" (CAMPOS FILHO, 1989: 8-9). Para ele,

"[o] moderno planejamento das cidades inicia-se, pois, com essas duas visões do urbano, desenvolvidas no início da Revolução Industrial: a técnico-setorial, fruto de uma ação prática governamental sobre as cidades, e a globalizante, política, teorizadora e reformuladora das instituições sociais." (CAMPOS FILHO, 1989: 11)

O paradigma do "Planejamento Urbano" vai, assim, se construindo com a evolução desta ciência: sanitarismo, circulação, a análise sistêmica (tática militar da Segunda Guerra Mundial), otimização e eficiência dos serviços, teorias dos "pólos de desenvolvimento" e "lugares centrais", os "sistemas ecológicos humanos" (da Escola de Chicago), zoneamento, ocupação do solo, a estrutura da economia neoclássica, teorias do subdesenvolvimento, "controle social e democrático" do desenvolvimento da cidade, e assim por diante. Este paradigma linear e positivista (ou "estruturalista" como define CAMPOS FILHO, 1989: 28) vai se estabelecendo no Brasil em paralelo ao seu processo de institucionalização, promovido principalmente pela lógica centralizadora do regime militar instaurado em 1964 (ver MONTE-MÓR, 1980).

Neste período os planos passam a ser interpretados como instrumentos ideológicos (CHAUÍ, 1997), ou como problemas manipulados para favorecer interesses das elites (BOLAFFI, 1979) e Ermínia Maricado considera que os "Planos" têm sido utilizados apenas como "Discurso" ideológico sem efetividade na prática (MARICATO, 1997). Estas óticas são fundamentais na compreensão e na construção de um debate "político", pois inicia uma busca pelas questões implícitas nas diferentes concepções do papel do "plano" na sociedade.

A diversidade na forma como se encara o problema da cidade (a partir de paradigmas diversos) tem sido relatada com clareza em estudos acerca de orçamentos participativos (COSTA, 2003), onde os conflitos não se restringem à simples dualidade de classes, mas também entre concepções: de cidade, de justiça social, de prioridades, de desejos. O conflito social, assim posto, seria também um conflito entre óticas diferentes, ou melhor, entre teorias de mundos possíveis e desejados.

O desdobramento deste debate leva a uma aplicação, no Brasil, de idéias como as de Habermans (cf. BRASIL, 2004: 35-39; SOUZA, 2003: 38-41), que buscam a construção da cidade baseada em uma "ação comunicativa". Neste sentido, a formulação do problema urbano deve ser realizado de forma democrática, através do debate e do conflito de idéias. A abertura deste debate busca a construção não apenas de um consenso, mas a construção de um processo de entendimento da diversidade, e da construção em conjunto de uma nova lógica (estrutural ou não) que contemple os desejos e visões de toda a sociedade.

Orlando Alves faz um relato da experiência de um ano do "Conselho das Cidades", criado a partir dos debates da Conferência das Cidades, realizada pelo ministério das Cidades em 2003. Com representação de toda a sociedade civil (ou todas as suas partes "reconhecidas" ou "percebidas") e do governo, o conselho representa uma arena de debates e reformulação das questões urbanas, onde cabe às discussões definir inclusive o peso representativo de cada "setor". (FASE, 2005)

Porém, se a questão urbana depende da sua problematização científica e das concepções de cidade (cidade desejada, utópica), mesmo a teoria da "ação comunicativa" é uma formulação específica de como articular "paradigmas" diversos. Posto desta forma, qual seria o papel da teoria acerca do urbano no planejamento?

Para Lefebvre, toda epistemologia possui "campos cegos" e "virtualidades" específicos. Os campos cegos interferem não só no que "não é iluminado", mas também no que está "iluminado", e as "virtualidades" são as potencialidades latentes da ótica que se emprega (1999: 38). Assim, a teoria do planejamento não pode ser encarada apenas como um palimpsesto de planos, ou seja, uma superposição de idéias, que acumuladas e superpostas aproximariam cada vez mais a realidade da cidade aos ideais da ciência. Mas, ao contrário, cada acréscimo neste palimpsesto altera o sentido do todo, e a cidade contemporânea é formada por diversas "realidades", no que Umberto Eco chamou de culturas formais e informais da cidade (cf. SOJA, 2000).

Assim, cada formulação do problema possui suas "virtualidades" (potencialidades imanentes do real, que fazem parte do presente, não do futuro), e "inventa" tanto possibilidades novas como "injustiças" novas, sequer formuladas anteriormente. Também desta forma, a produção do espaço da cidade segundo uma ótica simplesmente "comunicativa" e baseada no "estado da arte" corrente (nos paradigmas existentes) fica engendrada pelos "campos cegos" inerentes a cada parcela da sociedade. Neste sentido, e ampliando a argumentação de Holston (1996), é preciso articular-se o debate das "insurgências" das formas "ilegais" de produção do espaço (calçadas na vivência cotidiana) com o das "insurgências" do debate científico avançado, que "desmascara" as antigas formas de ver, e descortina novos horizontes.

A seguir tentaremos traçar como os últimos três planos diretores refundaram a questão "Goiânia", ampliando as possibilidades de produção do espaço. Atentar-se-á mais à instalação do paradigma de "Planejamento Urbano" no primeiro destes planos para, nos seguintes, levantar as reformulações do problema. Talvez, assim, seja possível perceber como toda teoria

urbana constrói novas "virtualidades" no exato momento em que se confina em novos "campos cegos".

O plano "técnico e modernista"

No Brasil o "Urbanismo Moderno Científico" inicia um salto em 1960 com os trabalhos em São José dos Campos, os da Região do Recife e com a construção de Brasília. Já no início da década de 60 havia uma conscientização de certos profissionais (um "círculo de interessados") acerca da importância do planejamento urbano em um país em desenvolvimento industrial. Nesta época 11,6% dos municípios já possuíam algum tipo de órgão responsável pela questão urbana. Entretanto as esferas federal e estadual tratavam o "problema" urbano principalmente pela questão habitacional (cf. BERNARDES, 1986; MONTE-MÓR, 1980). Muitos autor esse dá pelo fato da casa ser uma mercadoria, uma forma de apropriação de mais valia. Neste sentido, mesmo a autoconstrução pode ser entendida como "Espoliação Urbana", ou seja, uma forma de baixar os salários e diminuir custos com a "reprodução da força de trabalho" (KOWARICK, 1979).

Já a institucionalização do Planejamento Urbano no Brasil se dará ao longo dos vinte anos do último período ditatorial. Este fato o carrega de pressupostos e prioridades que ensejam concepções do próprio regime: concepções do que é política, das relações entre critérios técnicos e políticos e de um determinado modelo de sociedade (e de desenvolvimento). A saber, uma concepção atrelada ao autoritarismo, à uma suposta imparcialidade da técnica (de raiz positivista) e ao capitalismo com metas de crescimento econômico.

O modelo institucionalizado segue os conceitos do modernismo progressista (positivista, tecnicista e "racional" buscando criar uma sociedade nova em oposição à tradicional). Em geral, no Brasil se ignora, mas não se elimina, as lutas de classe, e mesmo modelos como "unidades de vizinhança", "cidades-jardim", "homem tipo", "necessidades padrão", "lógica racional/industrial" e "progresso" funcionam, também, ao longo do século, como estratégias atenuantes de conflitos intra-urbanos e como forma de controle social. (MONTE-MÓR: 16-21)

Em 1966, o SERFHAU ganha um "fundo" de recursos (FIPLAN) financiando relatórios preliminares e planos de desenvolvimento local (num total de 281 até o ano de 1973, cf. BERNARDES, 1986), dentre eles o "Plano de Jorge Wilhelm" para Goiânia. O SERFHAU tenta implantar um "Sistema Nacional de Planejamento Local e Integrado", mas

atua sobre um poder esvaziado (as municipalidades) e foi incapaz de construir uma política nacional coerente para o problema urbano.

Inicialmente, o planejamento busca fundar-se numa leitura do local para o nacional, esta tentativa resultaria em uma soma (amontoado) de planos locais e sem uma diretriz ou sentido lógico para o conjunto. Porém, o que se nota em Goiânia é que as premissas (ou paradigma dominante) estão vinculadas com a "lógica centralizadora" do regime. O plano de Jorge Wilhelm terá como metas principais: a utilização de conjuntos habitacionais como vetores de "desenvolvimento" e requalificação urbana, a organização do espaço (racionalização dos serviços, legislação de uso do solo liberal, garantia da função privada da propriedade e tecnoburocratização das decisões político-administrativas), preservação dos parques e fundos de vale via usos institucionais, e o transporte de massas e individual (na prioridade da pavimentação de ruas e com incentivo a indústria automobilística).¹ (WILHEIM, 1969)

A criação do BNH e do SERFHAU é confirmada por lei em 1967, junto à definição do aparelho estatal. O BNH se transforma, paulatinamente, em um banco "comum" cujos critérios de investimento são regidos pela solvabilidade dos devedores. Assim, perde boa parte de sua possibilidade de alterar o "status quo". Em Goiânia, foram realizados 32 conjuntos habitacionais pelo Sistema Financeiro da Habitação até o ano de 1975, culminando com o conjunto Vera Cruz em 1977, projetado para 50.000 habitantes e localizado a "7,5 km da malha urbana consolidada" (IPLAN, 1992: 18)

Em 1973 o Governo Federal reconhece oficialmente a necessidade de uma Política Urbana mais abrangente para parar a migração campo/cidade e o "inchaço" das metrópoles, além da necessidade de diminuir a "concentração de desenvolvimento e renda", e os "bolsões de pobreza absoluta". A estratégia formulada é o incentivo às cidades de porte médio, como "diques" de contenção da migração para as regiões metropolitanas.(BERNARDES, 1986)

Os projetos "CURA" do BNH são, então, aplicados em Goiânia na década de 70, promovendo intervenções nas áreas verdes do "Setor Sul" (área privilegiada da cidade). Estes projetos, aliados à criação do "Fundo Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Urbano", da "Empresa Brasileira de Transporte Urbano"² e do "Programa de Cidades Médias" (com recursos externos) e somados com a industrialização da agricultura no estado garantiram que Goiânia tivesse um grande crescimento econômico em plena derrocada do "milagre econômico" no final da década. (IPLAN, 1992: 15-21)

O Plano Wilhelm se fez, assim, de acordo com os pressupostos da lógica industrial/tecnicista da organização e da padronização, além de atender às premissas do

regime, de integração e segurança nacionais. Previa-se medidas antipoluição metropolitana e de preservação ambiental; programas de desenvolvimento social urbanos (entendido como transporte, estabilidade social e política, diminuição de "bolsões de pobreza", aumento da base de consumo de massa, distribuição dos serviços urbanos, política habitacional "reorientada" a conjuntos habitacionais, entre outros).

Em 1979 uma nova reviravolta no aparelho estatal aumentou a centralização do sistema e diminuiu a importância relativa do planejamento no aparato governamental (inclusive com a abolição dos PNDs). O novo sistema de planejamento instalado caracterizou um certo avanço institucional pela mais clara definição de seus objetivos e uma melhora no "discurso social". Porém, nas questões de maior porte apresentou a mesma falta de poder decisório, cabendo ao planejamento basicamente "elaborar e encaminhar proposições".

Consolidou-se, assim, uma concepção de que "Política Urbana Nacional" seria uma soma entre (1) investimentos públicos nas cidades (2) uma ação reguladora do estado via normas, regras e leis, (3) investimento em transporte público e pavimentação (considerado símbolo da modernidade para a população local, conforme WILHEIM, 1969) (4) produção de habitações via conjuntos projetados corretamente³. Subtraiu-se da equação: (1) os conflitos sociais; (2) a política; (3) as questões espaciais locais e seus conflitos com as gerais; (4) a participação da população.

A atuação deste "Plano Diretor" constituiu-se setorial no governo, mas mantém influência até hoje na lógica do sistema de transporte da cidade e na ocupação do solo. Porém, sua ação foi independente da sociedade local, e o plano sofreu com o esvaziamento político do IPLAN.

O plano "compreensivo"

O final da década de 70 é marcado por uma série de estudos realizados pelo IPLAN (da prefeitura municipal) conveniado com Instituto de Desenvolvimento Urbano e Regional (do governo estadual, criado em 1975), que basearam-se principalmente na infra-estrutura urbana. Esta época é marcada por planos setoriais como a "Carta de Risco (ambiental) de Goiânia" e o "Plano Diretor de Transporte Urbano" de 1985 e a reformulação do zoneamento da cidade pelo IPLAN, transformado em lei de uso e ocupação do solo em 1980.⁴

Já a década de 80, para o planejamento em Goiânia, significou o esvaziamento da influência tanto do INDUR (até a sua extinção) quanto do IPLAN (até se tornar uma secretaria sem peso na construção das políticas municipais e com saída de muitos técnicos). Porém, o processo de abertura política e o movimento da Reforma Urbana, que insere um

projeto de lei na constituição de 1988, reacendem o debate acerca da produção de um novo Plano, que se concretiza em 1992.

As principais propostas do Movimento pela Reforma Urbana foram pensadas segundo os seguintes princípios: (1) "Obrigação do Estado a assegurar os direitos urbanos a todos os cidadãos"; (2) "Submissão da propriedade à sua função social; (3) "Direito à Cidade" (4) "Gestão democrática da Cidade". Os quais busca-se atingir com a institucionalização de "uma série de instrumentos jurídicos e tributários e de diretrizes gerais para as políticas" setoriais (cf. CARDOSO, 1997: 89-90). Estes princípios se basearam em parte na LDU de 1982, que envolvia as "funções clássicas do planejamento urbano" (de ordenação e controle), mas incluíam questões como a autonomia dos municípios, a participação popular, a preservação ambiental e a função social da propriedade. (cf. CARDOSO, 1997: 85) Para Coraggio estes princípios estão ligados à idéia de que a função da cidade é distribuir igualmente os "serviços de consumo coletivo" o que, segundo o autor, seria uma redução da problemática urbana dos países latino-americanos. (CORAGGIO, 1994)

O Plano Diretor Integrado de Goiânia (PDIG-2000) é elaborado a partir de um amplo diagnóstico da cidade, somados aos estudos desenvolvidos até então (no INDUR, IPLAN e acadêmicos). Um amplo relatório histórico (baseado em dissertação de mestrado de Sérgio Morais, de leitura marxista) analisa a evolução da cidade e sua expansão urbana em paralelo com a evolução do sistema de planejamento. Posteriormente, são analisados os aspectos econômicos, físico-territoriais, ambientais, culturais e institucionais-administrativos.

O plano define as Diretrizes do Desenvolvimento do município como resultado

"de um longo processo de coleta de subsídios, formulação, discussão e avaliação de propostas contando com a efetiva participação dos poderes executivos e legislativo, dos setres e entidades técnicas, de entidades representativas da sociedade civil, bem como de outros setores representativos da comunidade, visando sua maior maturidade e aprimoramento, (...) com o fim de promover o desenvolvimento sustentado, como vetor da condição desejável a ser alcançada no ordenamento do território." (IPLAN, 1992: 113)

Estas diretrizes se apresentam com caráter idealizado, buscando uma maximização e racionalização de todas as atividades e funções "observadas" na cidade. Traça como objetivos promover a "urbanização" de toda cidade e o "desenvolvimento econômico", além de orientar o crescimento da malha urbana, "redisciplinar" o uso do solo, "otimizadar" a articulação da cidade e orientar os investimentos públicos (aliados aos privados) para o desenvolvimento do Município. Estas diretrizes são posteriormente detalhadas em diretrizes setoriais.

São traçadas "premissas sócio-econômicas" (divididos em: populacional, de serviços privados e públicos, habitacional, construção civil, metropolitanas) que seriam associadas às premissas relativas à "Estrutura Urbana que serão objeto de propostas específicas do Plano Diretor", sendo elas: (1) A Centralidade, buscando afirmar o caráter central do núcleo original de Goiânia e o incentivo de pólos secundários; (2) a Densidade Demográfica, procurando otimizar a relação entre ocupação e instalação de infra-estrutura; (3) os Eixos Viários Principais, como continuação das idéias do plano anterior, mantendo um "sistema viário principal em malha" que diluisse a centralidade da cidade e formassem eixos de serviços e comércio (o que na prática ainda não se viabilizava); (4) os Equipamentos Urbanos, considerados como de bom atendimento, enfatizando a distribuição modular como no plano anterior; (5) os Aspectos Ambientais, vistos como "condicionantes da ocupação e expansão urbana", interferindo no zoneamento e densidades permitidas, e foi a responsável pelo direcionamento da cidade a sudoeste e sudeste, mantendo a região norte pouco adensada e rural. (IPLAN, 1992)

Após a "leitura" da cidade segundo a mesma "ótica" do plano anterior (acrescido de uma suposta participação popular, formulada segundo "premissas" estabelecidas no "status quo" do planejamento e igualmente segundo "diretrizes" que eliminam os conflitos de classe e interesses divergentes da sociedade) o plano parte para a formulação de uma nova "estrutura urbana".

Para isso, formula 3 Cenários que serviriam de "imagem" para escolha do modelo de planejamento a ser adotado. Todos partem de "premissas comuns e hipóteses sobre as características econômicas e sociais de Goiânia, no ano horizonte de 2012. Essas características são variáveis independentes para o Plano Diretor." (IPLAN, 1992: 124) Mesmo ponderando a simplificação do exercício, acredita-se formular três possibilidades reais da cidade:

O primeiro cenário seria o de "lasser-faire", onde não se muda a legislação da época. A "imagem" resultante deste plano seria da "Cidade Legal", onde apenas por "acordos" e "pressões" seria possível o desenvolvimento.

O terceiro cenário seria da "Cidade de Fato" "sendo construída, de forma espontânea e inconseqüente" intensificando os processos atuais à revelia da legislação e "redesenhada" por esses agentes "do poder público, dos proprietários de terras, das incorporadoras, das construtoras, das imobiliárias, dos setores produtivos, enfim, da população organizada.[?]" (IPLAN, 1992: 149)

A segunda possibilidade é o cenário "escolhido" (ou talvez que retrata o plano formulado!) que seria a "Cidade Ideal, ou melhor a Cidade Possível (...) que cresce de forma ordenada, que atende às *necessidades fundamentais* da vida urbana." Ou seja, parte das mesmas premissas do cenário 1 (desatualizado), porém considera a nova "realidade" do cenário 3 (trágico) e "imagina uma estrutura urbana na qual o aparato institucional-normativo é respeitado por ser incisivo e, ao mesmo tempo, maleável, flexível e adaptável aos interesses da população." (IPLAN, 1992: 149)

Além do caráter retórico, é difícil compreender a cientificidade do modelo empregado na construção destes cenários, que além do neologismo não apresenta nenhuma diferença em relação às ponderações dos diagnósticos e prognósticos dos antigos planos.⁵ O atendimento às "necessidades fundamentais" é também um mito da prática modernista, ou uma "áporia", visto que o conceito de "necessidades" não pode ser formulado como premissa, é um construto social e depende da maneira como a população o define. (KAPP, 2005) O plano, que incorpora novas variáveis, seria, assim, apenas mais um plano no palimpsesto paradigmático modernista?

Apesar de trabalhar sobre a perspectiva tecnicista, o PDIG-2000 é um apuramento técnico do anterior, acrescentando novas questões (como a questão ambiental), e reformulando outras (como a habitacional) e apresenta uma problematização (não resolvida) da construção de um futuro idealizado e causal. Alguns instrumentos importantes da Reforma Urbana foram propostos, como: o Conselho Municipal de Políticas Urbanas (criado em 1991, mas que demonstrou pouca força política em momentos importantes), IPTU progressivo (nunca efetivado), fundos especiais, outorga onerosa de solo criado, parcelamento e edificação compulsórios e operações urbanas (prevista anteriormente na legislação municipal como "Projeto Diferenciado de Urbanização", lei de 1983).

Como produto final o plano se organiza em 5 abordagens: (1) nova *estrutura urbana* a ser proposta através de "área-programa, áreas funcionais remanescentes, rede viária básica, grandes equipamentos, unidades de conservação ambiental, áreas de proteção histórico-cultural e macrozoneamento"; (2) *instrumentos implantação*, que seriam tributários, financeiros, jurídicos, administrativos políticos e outros (no caso, operações urbanas); (3) *programas* (no total de 15) através dos quais os objetivos do plano seriam "viabilizados" e "racionalizados" para a ação do poder executivo; (4) *estratégias de implementação*, onde as intenções do planejamento deveriam se impor às diretrizes orçamentárias, além de instalar um sistema de planejamento e outro de informação municipais (na verdade, paulatinamente esvaziados politicamente); (5) *anteprojeto de Lei* que é a maneira de institucionalização

encontrada por todos os planos diretores até então (apesar de sua pouca validade na prática, suas inoperâncias e os "vetos" de instrumentos) "que corresponde à sua expressão jurídica e legal" (IPLAN, 1992: 150-202).

O plano "atual"

O "plano diretor" finalizado no ano de 2006 foi realizado de acordo com as proposições do "Estatuto da Cidade", suas principais orientações foram a participação popular, a formulação por técnicos locais, o desenvolvimento sustentável e a organização estratégica das propostas. Engendra, assim, aquilo que Fabrício de Oliveira (2001) chamou de "agenda hegemônica para as cidades do século XXI" onde o discurso da sustentabilidade acaba corroborando com "uma despolitização" das decisões do planejamento urbano e a inserção de modelos defendidos por instituições internacionais.

Para Carlos Vainer (2002) a incorporação na formulação dos planos diretores de estratégias empresariais tendem a reduzir o processo e a controlar as suas possibilidades, onde a participação já encontra-se engendrada pela ideologia mercadológica (uma utopia da "cidade-mercadoria"). Apesar disso, seus defensores diriam que o pensamento estratégico surge como uma saída para o imobilismo dos planos "idealistas". O norteamento estratégico seria uma forma de aproximar as *ações* dos *planos*, na tentativa de construção de uma gestão mais dinâmica da cidade.

Entretanto, percebe-se claramente no Plano Atual de Goiânia que, apesar de se dividir em sete "Eixos Estratégicos"⁶, sua formulação não compreende os critérios do "planejamento estratégico" emergente (cf. CASTELLS & BORJA, 1996). Cada um dos eixos estabelece o mesmo processo metodológico do plano anterior, partindo de uma caracterização exaustiva do quadro atual, depois formulando o cenário desejável, as diretrizes, a gestão democrática, os programas e as ações estratégicas⁷. O estratégico, neste caso, significa uma subdivisão setorial, talvez uma descrença na possibilidade de soluções totalizadoras, como outrora. A integração intersetorial do plano é, portanto, de difícil leitura.

A participação social (obrigatória segundo o Estatuto da Cidade) ocorreu através de audiências e de duas "Conferências da Cidade" que resultaram em relatórios finais. Entretanto, o plano ainda em processo de aprovação na Câmara Municipal já possuía (em novembro de 2006) 80 vetos, o que demonstra a insuficiência da participação enquanto meio de construção de "projetos em comum", ou consensos. É também significativa a aplicação explícita de modelos "importados" (logo no primeiro plano realizado com participação efetiva e técnicos locais) marcadamente o de "cidades compactas". Demonstra-se, portanto, uma

dificuldade metodológica em transformar a "participação" da população em soluções inovadoras, o que a torna apenas legitimação de modelos escolhidos.

Um paralelo da aplicação do que Maricato (2002) chamou de "idéias fora do lugar" pode ser elucidativo. No plano de Brasília, a crença na emancipação do homem pela ciência criou tecnicamente a cidade sem classes (onde, segundo Niemeyer⁸, o chofer e o patrão poderiam morar no mesmo prédio sem perder tempo, ou poluir mais com deslocamentos, solução técnica perfeita de justiça social e mesmo ambiental), mas onde a realidade é de um "plano piloto" seguro rodeado de um "entorno" de cidades com o maior índice de criminalidade nacional. (HOLSTON, 1996: 244-248)

Também, o modelo de "cidades compactas", defendidos por uma comissão da União Européia (COSTA, 2000) envolve preocupações "atuais", porém, formuladas com o mesmo princípio mecanicista. Uma questão como redes pluviais e saneamento (fundamental no discurso ambientalista brasileiro) não aparecem neste relatório, já que estes serviços foram corretamente disseminados pelo planejamento tradicional. Assim, contra um espraiamento em cidades pequenas (uma realidade na Europa, que muitos argumentariam favorável à construção de comunidades mais solidárias e mesmo previsto no plano diretor de 1938, com a expansão por Cidades-Jardins satélites), é priorizado o adensamento em poucas cidades e eixos de circulação coletiva, como forma de evitar maior interferência no meio ambiente natural. Ou seja, um modelo ideal e específico de cidade. (SEPLAN, 2006: 70)

É portanto, um modelo com raízes na lógica da "Ville Radieuse", densa, mas cheia de natureza. Seu enfoque é baseado, também, nas questões de circulação, priorizando os transportes coletivos, menos poluentes, e a diversificação de uso (que diminui a circulação). Segundo Costa (2000: 65), na Europa o debate sobre a sustentabilidade urbana gira em torno das relações entre consumo de energia, forma e transporte urbanos, que supostamente promoveriam a "melhor qualidade de vida". O objetivo técnico prioritário é reduzir custos e buscar a operacionalização e a eficiência⁹ ("prioridade" questionável na realidade brasileira).

Em busca deste modelo, a orientação do plano elimina a área de expansão urbana, e aumenta o índice construtivo de toda a cidade para quatro. Cabe ressaltar que as áreas urbanas para adensamento no plano de Wilhelm foram impedidas de se adensar no Plano da Engevix, que estabeleceu novas áreas. O plano atual utiliza-se da Outorga Onerosa do direito de construir como forma de incentivar ou desincentivar o adensamento: nas áreas a adensar o custo da outorga é de 10% o custo do solo criado (principalmente próximo aos eixos viários principais), nas áreas a desacelerar (as previstas nos planos anteriores) o custo é de 20%, nas áreas a estabilizar é de 15% e nas áreas de interesse social (como indução do adensamento e

viabilização de serviços urbanos) o custo é zero. O risco iminente desta estratégia seria uma intensificação das diferenças e da segregação urbana, já estabelecidos na cidade.

A sustentabilidade aparece no plano com a construção de um Anel Viário que deve circundar a cidade através de sua antiga área rural. Esta dividida e caracterizada segundo suas bacias hidrográficas deverá ser parcelada, na sua maioria, em lotes acima de 1250 m² (em alguns casos em lotes acima de 5000m², e em outros acima de 450m²). Os loteamentos e as atividades deverão atender aos critérios contemporâneos de sustentabilidade e passar por aprovação ambiental.

Estas normas configuram um “espaço virtual” muito semelhante às características observadas na expansão metropolitana do Eixo Sul de Belo Horizonte, conforme apontado por Costa (2006: 109-112): lotes grandes, ênfase na natureza e preservação, grandes loteamentos (devido ao alto custo), condomínios fechados, bolsões de miséria e pouca presença da classe média. Segundo Costa:

"Nesta equação, a natureza perde progressivamente seu potencial de valor de uso coletivo, para transformar-se em elemento potencializador de renda diferencial, acessível a poucos, logo contribuindo para exacerbar os processos já conhecidos de segregação e exclusão. (...) A percepção de que processos de produção do espaço cada vez mais excludentes e segregadores contribui para a elevação dos patamares de valorização fundiária e que excluem cada vez mais os grupos sociais pauperizados não é clara. (...) Por outro lado, a percepção das questões mais propriamente ambientais é mais visível para o senso comum."
(COSTA, 2006: 120-121)

Assim, as diferenças entre este plano e os anteriores pode ser resumida pelas diferentes ênfases e sofisticação das fórmulas aplicadas (ou seja, dos modelos). Por um lado, a cidade "informal" entra nesta nova fórmula do planejamento, principalmente através do instrumento de ZEIS, caracterizando, provavelmente, o principal avanço do plano¹⁰. Por outro lado, as perspectivas do movimento da reforma urbana não conseguiram ultrapassar a forte cultura tecnocrática do planejamento em Goiânia, cuja tradição remonta o nascimento da cidade. Entretanto, ultrapassar os modelos e recriar a relação dialética entre questões técnicas e políticas é uma invenção ainda inconclusa em todo país.

Apontamentos

Para Ermínia Maricato as crenças positivistas de um planejamento neutro tem convivido com a sucessiva incorporação de modismo, aliando objetivos mais liberais e econômicos, do que urbanísticos:

"Ganha mais importância a subjetividade. Os cenários, plenos de significados, visam criar um sentimento genérico positivo com efeito sinérgico. Depois, como lembra Portas, o Plano pode nem ser realizado, (...) É muito deprimente assistir à contraditória e alienada absorção de um modelo importado e depois absorver, também de fora, sua própria crítica, para em seguida colocar sem mediações outro modelo no lugar." (MARICATO, 1997: 121)

Entretando, o papel da Crítica do Urbanismo é fundamental, e devemos tentar superar o criticismo e buscar uma prática mais atrelada ao exercício reflexivo (como defende SOUZA, 2003). Neste sentido, é importante salientar que toda teoria é um "discurso" finito, e a qualidade ideológica que Maricato atribuí ao que ela chama de "Plano Discurso" é inerente a toda e qualquer teoria. Como vimos anteriormente, e percebemos na construção dos "modelos" interpretativos da realidade da cidade, existem sempre "campos cegos" e "virtualidades" implícitas em cada plano.

Raquel Rolnik e Nádia Somekh (2003: 103) afirmam: "A visão tecnocrática impressa no planejamento e estrutura de gestão metropolitana dos anos 70 só poderá ser superada se efetivamente for incorporada a variável política". Esta visão trabalha sobre as idéias, anteriormente abordadas, de Habermas, e "não se trata [da construção] de uma entidade tecnocrática abstrata". Rolnik persegue uma forma de prosseguir com uma "recentralização" (ou seja, uma universalização dos laços solidários) que considere as forças "nativas" da realidade urbana ao mesmo tempo em que evite o "individualismo localista".

O foco do planejamento atual na *política* e na *participação* dependeu de uma desmistificação da capacidade da técnica em controlar e manipular um objeto tão complexo quanto a cidade. É fundamental, entretanto, destacarmos (como no caso dos Orçamentos Participativos e do Conselho das Cidades, inicialmente abordados) que a "utopia política" também é uma definição e um "conceito" de como deve ser a cidade. Se por um lado, este modelo democratiza, amplia e torna plural o debate, por outro lado engendra os "campos cegos" do sistema que cria, do senso comum e da forma corriqueira de se planejar.

A atitude crítica de procurar superar a crença em modelos, mesmo os políticos, e tentar formular a questão urbana a partir das "virtualidades" de cada abordagem (entendidas como as "possibilidades" imanentes na "refundação" do objeto). Ou seja, trata-se de uma

espécie de "utopia" que não parte da idealização e de um futuro positivo (ou impositivo) inerente (como o falanstério de Charles Fourier). Trabalhar com as virtualidade e campos cegos seria trabalhar o presente do espaço vivido dentro de "um relativismo metodológico e teórico, um pluralismo epistemológico". "Por isso, a reflexão crítica tende a substituir a construção de modelos pela orientação que abre vias e descortina um horizonte." (Lefebvre, 1999: 68)

Assim, é fundamental buscar-se formas de incorporar nos processos participativos o potencial insurgente da cidade real que, institucionalizado, se demonstrou em Goiânia infrutífero de novas lógicas. Neste sentido, o que o trabalho procura traçar é uma perspectiva que busque um Urbanismo Crítico com um similar papel insurgente, atento à criação de novas lógicas e novas funções sociais para a cidade. Ou seja, uma teoria urbana que não se quer detentora da verdade, mas plena e consciente de suas virtualidades. Apesar do novo Plano da cidade incorporar passivamente a moda e o "Atual", há perspectiva de criação de novas formas de ver a cidade, que irrompam e reformulem o simples acumular de planos no palimpsesto de idéias de cidade. Para tanto, seria preciso inaugurar o debate crítico no planejamento de Goiânia, um debate sensível à lógica e aos interesses locais e consciente de que só com um planejamento que se sabe metafísico poderá a ciência urbana ser insurgente às formas hegemônicas.

Referência Bibliográfica

- BRASIL, F. P. D. Participação Cidadã e reconfigurações nas políticas urbanas nos anos noventa. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, vol. 6, n. 2. p. 35-52
- BERNARDES, L. Política urbana: uma análise da experiência brasileira. *Análise e conjuntura*, v. 1, n. 1, Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1986. p. 83-118.
- BOLAFFI, G. Habitação e Urbanismo: o problema e o falso problema. in: Maricato E. (ed.) *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1979. p.37-70
- CAMPOS FILHO, C. M. As visões conflitantes do que é Planejamento Urbano in *Cidades Brasileiras: seu controle ou o caos*. São Paulo: Nobel, 1989.
- CARDOSO, A.L. Reforma Urbana e planos diretores: avaliação da experiência recente. *Cadernos IPPUR*, ano XI, n. 1 e 2. Rio de Janeiro, 1997. p 79-111.

- CORAGGIO, J. L. A construção de uma economia popular como horizonte para as cidade sem rumo. in RIBEIRO, L.C.Q.; SANTOS JR., O. (orgs) Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidade brasileiras na crise. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.
- CASTELLS, M.; BORJA, J. As cidades como atores políticos. *Novos Estudos*, n. 45. São Paulo, CEBRAP. p. 152-166.
- COSTA, H. S. M. Desenvolvimento Urbano Sustentável: Uma Contradição de Termos? *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, nº 2/ março 2000.
- _____. Gestão urbana e controle social: a trajetória recente e alguns desdobramentos do orçamento participativo em Belo Horizonte. in GONÇALVES, M.F. et alli (orgs) *Regiões e cidades, cidades nas regiões*. São Paulo: Ed. UNESP, 2003. p 113-129
- _____. Mercado imobiliário, Estado e natureza na produção do espaço metropolitano. in COSTA, H. S. M. (org.) *Novas periferias metropolitanas*. Belo Horizonte: Editora com Arte, 2006.
- CHAUÍ, M. S. O discurso competente. in *Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1997. p. 3-13
- FASE. Um balanço crítico do primeiro ano do Conselho Nacional das Cidades. 2005. disponibilizado via internet www.fase.org.br
- FEYERABEND, P. *Contra o Método*. 3a edição. trad. O.S. Mota & L. Hegenberg. Rio de Janeiro: F. Alvez Editora, 1989.
- HOLSTON, J. Espaços de Cidadania Insurgente. in *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Cidadania*, nº 24. Rio de Janeiro: IPHAN, 1996. pag. 243-253
- IPLAN. Plano Diretor Integrado de Goiânia - PDIG 2000. Engevix, 1992.
- KAPP, S. Porque teoria crítica da arquitetura? Uma explicação e uma aporia. in MALARD, M. L. *Cinco textos sobre arquitetura*. Belo Horizonte: ed. UFMG, 2005.
- KOWARICK, L. Autoconstrução de moradias e espoliação urbana in *A espoliação Urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- KUHN, T. S. Posfácio - 1969 in *A estrutura das Revoluções Científicas*. trad. V.B. Boeira. São Paulo: Perspectiva, 1987. p. 217-257
- LEFEBVRE, H. *A revolução Urbana*. Belo Horizonte: Ed. UFGM, 1999.
- MARICATO, E. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. in ARANTES, O. *A Cidade do Pensamento Único*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p 121-192

- _____. Brasil 2000: qual planejamento urbano? Cadernos IPPUR, ano XI, n. 1 e 2, jan-dez, 1997.
- MONTE-MÓR, R. L. M. Planejamento Urbano no Brasil: Emergência e Consolidação in Espaço e Planejamento Urbano - Considerações sobre o caso de Rondônia. (Dissertação de Mestrado) Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 1980. p. 11-53.
- OLIVEIRA, F. L. Sustentabilidade e competitividade: a agenda hegemônica para as cidade do século XXI in ACSELRAD, H. A duaracão das cidades. Rio de Janeiro: DP&A/CREA-RJ, 2001. P.177-202
- POPPER, K. P. Três pontos de vista sobre o Conhecimento Humano in Conjecturas e Refutações. Brasília: Ed. UNB, 1989. p. 125-146.
- RIBEIRO, M. E. J. Goiânia - Os Planos, a Cidade e o Sistema de Áreas Verdes. Goiânia: Ed. UCG, 2004.
- ROLNIK, R.; SOMEKH, N. Governar as metrópoles: dilemas da recentralização. in GONÇALVES, M.F. et alli (org) Regiões e cidades, cidades nas regiões. São Paulo: Ed. UNESP, 2003. p 95-104
- SANTOS, Milton. Técnica, espaço, tempo - Globalização e meio técnico-científico informacional. 3ª edição. São Paulo: Ed Hucitec, 1997.
- SEPLAN. Plano Diretor da Cidade de Goiânia de 2006. CD Multimídia. Goiânia: Setemares, 2006.
- SOJA, Edward. Postmetropolis: Critical Studies of Cities and Regions. Oxford: Backwell, 2000.
- SOUZA, M. L. Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 25-55.
- VAINER, C. Pátria, Empresa e Mercadoria. in ARANTES, O. A Cidade do Pensamento Único. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p 75-103
- WILHEIM, J. Plano Diretor de Goiânia. Vol. 1 e 2. Datilografado. SERETE, 1969.

¹ Cabe adiantar algumas distorções dessas idéias: as vias em malha asfaltadas não se adensaram, mantendo a centralidade da atividade econômica; os conjuntos habitacionais eram criados em lotes distantes, desprovidos de infra-estrutura; a verticalização ocorreu apenas nos bairros elitizados e providos de infra-estrutura, ampliando a segregação e a fragmentação do espaço urbano. Quanto à questão habitacional é importante frisar que a classe baixa pelo menos entrou nas considerações do estado, via inclusão na lógica da cidade capitalista e pela tolerância das áreas de invasão.

² A EBTU criou em Goiânia a TRANSURB, que articulou grande quantidade de verbas para transporte e pavimentação da cidade, sendo o primeiro projeto realizado em todo Brasil e desenvolvido por Jaime Lerner em 1975 (RIBEIRO, 2004: 95). O plano de transporte englobou 183 bairros de Goiânia e 12 de Aparecida de Goiânia (IPLAN, 1992: 24) Também de autoria do mesmo urbanista, foi elaborada uma nova legislação de uso e ocupação do solo (lei 5.019 de 8/10/75) que fortaleceu a "estrutura viária" (proposta por Wilhelm) e a articulou com o "zoneamento da cidade". Também, criou o Instituto de Planejamento Municipal (IPLAN), concebido autonomamente ao poder local (IPLAN, 1992: 23).

³ Wilhelm refere-se aos grandes conjuntos habitacionais com "forças agentes que impulsionam a dinâmica urbana (...) Num aprofundamento do problema pode-se ratificar os seguintes pontos: (a) a localização de conjuntos tem preponderante função indutora na ocupação do solo; (b) a obtenção de abrigo é desejo fortemente perseguido pela população, que constantemente imigra para Goiânia; (c) a casa adquire imagem de patrimônio, portanto, de segurança, face à instabilidade de empregos". (WILHEIM, 1969: 31) Concluindo, "Agir, no setor habitacional, significa, portanto, motivar fortemente e influir de modo muito diversificado, nos sistemas de vida de Goiânia." (WILHEIM, 1969: 35)

⁴ Em 1979, o prefeito Nion Albernaz apresenta (75 dias após a eleição) as "Diretrizes" do Governo Municipal, que continham 10 políticas para administrar a cidade, 1 programa de ação, 45 sub-programas e 217 projetos. Logo após é contratado o arquiteto Lubomir Ficinsky que elabora as "Diretrizes Básicas para o Planejamento", baseado no estudo do INDUR: "Goiânia: Uma Estratégia para Expansão Urbana". Poucos desses projetos se concretizaram, demonstrando a desvinculação entre o "discurso" dos planos e as ações práticas do prefeito. (cf. IPLAN, 1992: 24-25)

⁵ De uma forma geral, o *planejamento urbano moderno* baseia-se justamente neste pressuposto teórico (ou mito): construir o próprio futuro (sólido e rígido: um modelo) como tradução direta e causal da imaginação, a partir da negação das formas sociais não desejadas no presente (Holston, 1996). Trata-se de uma linha do tempo linear, onde a uma alteração específica no presente, se tem um resultado colateral e específico no futuro. Neste sentido, o urbanismo modernista pôde se definir como um conhecimento técnico desprovido de relação com a política, os processos e as concepções sociais. Le Corbusier, no auge do Movimento Moderno, afirmou que não fazia política, pois ao projetar cidades era apenas um técnico.

⁶ A saber, sustentabilidade socioambiental, mobilidade e transporte, ordenamento territorial, desenvolvimento econômico, sociocultural, gestão urbana, atualização normativa.

⁷ Embora em cada eixo apareçam divisões ligeiramente diferentes a lógica geral é a mesma, demonstrando, talvez, a falta de centralidade na formulação do plano.

⁸ em palestra em Goiânia, 2000, por ocasião da contratação de projeto para centro ambiental, posteriormente inaugurado como centro cultural (a saber, uma imensa esplanada de concreto sobre a qual pousam 3 formas geométricas puras, substituindo um antigo bioma de cerrado)

⁹ Para além das semelhanças com o pensamento tecnocrático modernista, o caráter deste tipo de persuasão é retórico e interminável (e poderia-se mesmo argumentar que formas adensadas geram mais violência pelo conflito mais direto, mais circulação em poucas ruas, mais acidentes em decorrência e, conseqüentemente, mais custos com saúde, embora menos distância com transporte ambulatorial). E a cientificidade das argumentações tendem a ser menor quando maior a distância de onde são importadas, e quanto mais distante está o projeto imaginado de futuro alternativo (para usar expressão de HOLSTON, 1996).

¹⁰ Em Goiânia os períodos ditatoriais, Estado Novo e Regime Militar de 64, se caracterizaram por uma tolerância em relação às ocupações ilegais, que no final deste último chegou a acontecer de forma organizada coletivamente e com projeto de parcelamento. O período entre 1950 e 1964 se caracterizou por grandes conflitos, com a entrada do empreendedor privado no parcelamento do solo, antes restrito ao Estado (IPLAN, 1992: 28). Recentemente, houve um grande conflito na retirada de moradores de invasão no "Parque Oeste Industrial", situado no principal pólo de desenvolvimento do PDIG-2000, que não deslanchou.